

Natalidade na Madeira

A palavra 'Natal' vem de nascimento. Nada mais oportuno do que aproveitar a quadra para tentar perceber como está a Região no que toca à natalidade

“As crianças são o futuro” e, de facto, a conhecida deixa ganha sentido prático se pensarmos que a natalidade tem impacto directo no futuro da nossa economia, sobretudo no contexto de uma sociedade cada vez mais envelhecida. Paralelamente, a mortalidade infantil constitui um importante indicador da Saúde e das condições de vida da Região.

Se é verdade que número de nascimentos aumentou na Madeira nos primeiros nove meses de 2018, os mais recentes dados divulgados pela Direcção Regional de Estatística (DRE) dão conta de que foram mais aqueles que morreram este ano, pelo que o saldo natural da Região Autónoma da Madeira mantém-se negativo.

A Região destaca-se também, pela negativa, ao registar a maior taxa de mortalidade infantil do país. Não obstante, a nível regional o número de óbitos com menos de 1 ano diminuiu em relação a 2017.

Natalidade e crescimento natural

Os dados preliminares da demografia de Janeiro a Setembro de 2018 mostram que na Região fo-

ram registados 1.443 nascimentos, mais 38 que no período homólogo, equivalendo a um acréscimo de 2,7%.

De acordo com os dados da DRE, o número de mortes supera este valor. Contabilizaram-se 2.114 óbitos na Madeira em 2018, um aumento de 209 face ao mesmo período de 2017, correspondendo a um incremento de 11,0%.

“A conjugação da evolução dos óbitos e nascimentos resultou num saldo natural negativo de 671 indivíduos, significando um agravamento deste indicador quando comparado com o mesmo período do ano anterior (-500 indivíduos)”, nota a DRE.

Relativamente à distribuição geográfica dos nascimentos na Região (dados de 2017) a Câmara de Lobos e Santa Cruz destacam-se como os concelhos da Madeira com a taxa de natalidade mais elevada (8,6‰). Por contraposição, o Porto Moniz é aquele que apresenta menor taxa de natalidade (4,6‰). No Funchal a taxa de natalidade, em 2017, foi de 7,7‰.

Outro dado relevante é a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, que em 2017 situou-se nos 30 anos, valor que traduz uma tendência crescente na última década (em 2008 a idade média eram os 28 anos).

De referir ainda no que toca aos nascimentos que na Madeira uma mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos) tem em média 1,16 filhos. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média 2,1 filhos.

Mortalidade infantil

No que se refere à mortalidade infantil, em 2017, a RAM registou o valor de 3,6‰, a mais alta do

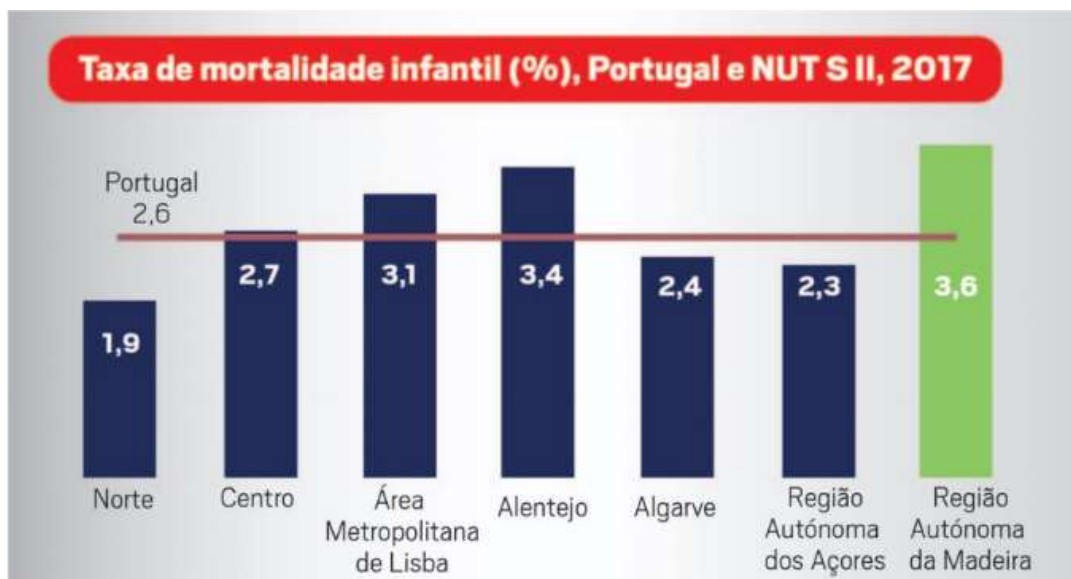
país e acima da média nacional, que foi de 2,6‰. Com efeito, Portugal atingiu em 2017 o valor mais baixo desde que há registos.

No período 2013-2017, a taxa de mortalidade infantil na Região oscilou entre um valor máximo de 4,6‰ em 2014 e um valor mínimo de 2,7‰ em 2013 e 2016.

“Devido ao reduzido número de óbitos infantis, observam-se flutuações anuais nos valores dos indicadores apresentados, pelo que este aspecto deve ser tido em consideração”, observa a DRE no documento ‘Estatísticas Demográficas-2017’.

Os factores maternos e complicações resultantes da gravidez, do trabalho de parto ou do parto foram apontados como as principais causas de morte, seguidas das malformações congénitas do coração e outras afecções respiratórias do recém-nascido.

Relativamente a este ano, entre Janeiro e Setembro de 2018, tinham sido averbados 4 óbitos com menos de 1 ano e 4 fetos mortos (menos 3 do que em 2017).



NÚMEROS RELEVANTES



Natalidade à espera de dar a volta

Retrospectiva mostra cenário negro. Porto Moniz, Santana, São Vicente e Porto Santo são os concelhos onde nascem menos bebés. No primeiros 9 meses deste ano nasceram na Madeira 1.443 crianças, mais 38 do que em 2017

Até ao final de Setembro deste ano tinham nascido 1.443 crianças na Região, são os dados mais recentes disponibilizados pela Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM), são mais 38 bebés do que em igual período do ano passado. Mas apenas com a informação relativa ao ano completo será possível saber se este ano vai voltar a superar o ano anterior. Já os 1.960 nados-vivos de 2017 tinham representado mais 102 crianças do que em 2016, mas desde 2012 que está abaixo dos 2.000 nascimentos com vida.

Neste trabalho olhamos para trás, a quase meio século de vida e

o reflexo é de falta dela. Em 48 anos a Madeira passou de 6.737 nascimentos para 1.960, uma perda de 71% quando comparado com o ano de 1970, e ainda assim, 2017 não foi o pior ano de que há registo. A nível da Região, 2014 foi particularmente mau, não indo além dos 1.739 bebés.

O problema da natalidade é real, tanto que há cada vez mais municípios e autarquias a criar medidas de incentivo para as famílias. Até ao momento revelaram-se insuficientes para operar uma verdadeira mudança. A tendência decrescente é visível na série retrospectiva das Estatísticas Demográficas publicada pela DREM, que cobre a evolução da

natalidade entre os anos de 1970 e 2017. Em termos de informação concelhia, apenas a partir de 1981 passou a ser apresentada separadamente. Ela veio evidenciar que há concelhos especialmente afectados pela baixa natalidade.

No início da década de 80, quando começou a ser publicada a informação por concelho, a natalidade já estava em queda na Madeira. Em 1981 foram registados 4.419 nascimentos, o que já representava uma quebra de 34,4% comparado com 1970 e conseqüentemente uma população mais envelhecida. Os municípios a Norte foram os mais afectados, com Porto Moniz, São Vicente e Santana a liderarem na perda de bebés.

Porto Moniz

O Porto Moniz sempre foi terra de poucos nascimentos em parte porque é também terra de pouca gente. Em meados da década de 80 chegou aos 64 por ano. Foi o melhor período em termos de natalidade nestes 37 anos de que há registo (1981-2017). Desde 1989 que não chega à meia centena, tendo a situação se agravado a partir do ano 2000. A maior parte dos anos ficou nos 20 ou baixo deste valor, tendo mesmo no ano de 2013 registado apenas dez novos bebés com vida. No ano passado foram onze.

Santana

Santana também tem razões para se preocupar. 185 bebés foi a melhor marca, remonta aos agora longínquos anos 80. Em 83 conseguiu este registo, numa década em que os valores andaram perto ou acima dos 150 nascimentos e a desertificação ainda não se fazia sentir com a força de hoje. Com os anos 90 veio a queda nos nascimentos, contrariada pontualmente por um ou outro ano um pouco melhor, mas claramente numa tendência acentuada que se agravou em 2016 ao registar apenas 28 novos bebés em todo o concelho. No ano passado foram 44.

São Vicente

Pior está São Vicente, que registou apenas 19 bebés em 2014, o 'ano negro' da série no que concerne a este concelho. Desde 1987 que não chega aos cem nascimentos e de 2004 que nem aos 50. No ano de 2016 e 2017 a situação agravou-se e foram apenas 28 e 29, respectivamente. O melhor registo deste município a Norte foi em 1982, 145 bebés.

Porto Santo

O Porto Santo apresenta valores um pouco mais irregulares, mas baixos também. Na década de 80 andou entre os 101 e os 53 bebés. 101 nascimentos com vida foi o melhor registo dos últimos 37 anos. Desde então poucas vezes ultrapassou os 60 bebés e nos últimos anos nem chegou à meia centena. No ano passado nasceram 37 crianças.

Machico

Em Machico os valores são outros, a realidade a mesma, ou seja, igualmente um cenário de perda e de envelhecimento da população.

A taxa de natalidade têm pequenas curvas dentro de uma trajectória descendente, particularmente visível desde 2005. O pior ano foi 2014, em que o concelho registou 114 nascimentos. No ano passado foram 136, bem distantes dos 393 registados no primeiro ano em que os dados foram publicados separadamente (1981) ou de 1983, o melhor ano de Machico neste registo, com 425 novos bebés.

Calheta

Na Calheta o melhor ano foi o de 1984, quando nasceram 209 crianças. Desde então o concelho iniciou uma descida que seria particularmente sentida em 2008 quando quebrou a barreira dos cem. Nesta última década não voltou a tocar sequer nos 90 e no ano de 2013, o mais grave, ficou-se pelos 55 nascimentos. No ano passado foram 71, em 2016 tinham sido 62.

Ponta do Sol

Já na Ponta do Sol, 2017 com 51 nascimentos foi o terceiro pior ano, depois de 2014 com 35 e de 2016 com 48. Desde 2006 que não ultrapassa uma centena. Antes, só no ano de 1995 tinha ficado abaixo, com 99. O melhor ano em termos de nascimentos de bebés foi em 1984, quando o concelho ganhou 145 crianças.

Ribeira Brava

A Ribeira Brava também tem sofrido perdas, embora não seja possível traçar uma linha recta no sentido descendente, é clara a descida a partir de 2004. Entre flutuações ao longo destas quase quatro décadas, passou dos 222 nascimentos em 1985, que foi o melhor ano, para os 74 de 2016, que foi o pior dos registos. No ano passado o concelho ganhou 98 bebés.

Santa Cruz

Santa Cruz é um caso à parte, chegou a crescer bastante antes de entrar na queda acompanhando o resto da Região. Certamente foram também os seus números que ajudaram a amortecer os valores a nível regional. No ano de 1984 contabilizou 378 bebés, foi o melhor valor da década. Desce depois até aos 297 nascimentos em 1992 e depois começa a subir, tendo chegado aos 565 nascimentos em 2008. Nessa altura começou nova descida, com um ou outro ano em contraciclo. Em 2015

chegou mesmo aos 422 nascimentos. No ano passado foram 381.

Câmara de Lobos

Câmara de Lobos conseguiu manter os valores da natalidade altos durante algum tempo, mas igualmente este que é um dos concelhos mais jovens do país sucumbiu à diminuição da taxa de natalidade, tendo em 2014 registado o seu pior valor desde 1981, com 257 nascimentos. No ano em que começou o registo concelhio tinham sido 760, foi o melhor ano. Até meados da década de 90 conseguiu manter-se acima da faixa dos 600 nascimentos. A partir da segunda metade dos anos 00 a perda acentua-se, entrando na ordem das três centenas e depois das duas. No ano passado Câmara de Lobos registou 293 novos bebés.

Funchal

A crise teve impacto na vida dos funchalenses e reflectiu-se também na natalidade, tendo o número de bebés descido dos 1.016 em 2008 para os 900 bebés em 2009. Mas a queda vem de antes, foi progressiva ao longo destas quase quatro décadas. O melhor registo é mesmo o primeiro, em 1981 com 1.950 bebés nascidos. O pior registo de natalidade do concelho do Funchal é o do ano de 2014, com 700 novas crianças apenas. No ano passado registou 809 nascimentos com vida.

2018 com mais 32 bebés

Este ano nasceram na Madeira 1.443 bebés entre Janeiro e Setembro, são mais 38 bebés do que em igual período de 2017, sendo 497 raparigas e 468 rapazes. Janeiro foi o mês com mais nascimentos, 185. Seguiu-se Maio com 182; Abril com 167. Em Julho nasceram 164 bebés. em Setembro 162 e em Agosto 152. Março com 149; e Fevereiro com 145 seguiram-lhes. Em Junho nasceram 137 crianças, foi o valor mais baixo deste ano, revela a informação disponível. Só quando o ano estiver completo será possível ter a informação relativa a 2018 por concelho.

A título de curiosidade, nestes 48 anos de registos de nascimentos na Região Autónoma da Madeira, em apenas cinco nasceram mais mulheres do que homens: foi nos anos de 1972, 1998, 2000, 2013 e 2015.

1.443

O número de bebés nascidos entre Janeiro e Setembro deste ano

1.950

Foram os nascimentos no Funchal em 1981. Foi o ano com mais nascimentos na análise por concelho

10

O número de nascimentos no Porto Moniz em 2013. Foi o pior ano em termos de novos bebés. Foi o ano com menos nascimentos quando olhamos à informação por concelho

5

Os anos desde 1970 até 2017 em que nasceram mais mulheres do que homens

71

A percentagem da quebra da natalidade quando comparamos os bebés nascidos com vida no ano de 1970 com os de 2017

Municípios solidários apoiam famílias

A partir do próximo ano há incentivos à natalidade em todos os concelhos da Região.
As medidas são várias e passam por apoios directos e indirectos

A descida da taxa de natalidade levou vários municípios a tomarem medidas no sentido de favorecer as famílias, sobretudo as que têm mais filhos e de promover algum desafogo em termos de orçamento, em particular no que toca aos primeiros anos de vida, embora haja concelhos onde a ajuda se estende aos mais velhos.

Enquanto uns apostam no apoio directo, com a atribuição de uma determinada verba por nascimento, a maior parte tem optado por atribuir apoios indirectos, sendo a educação a área privilegiada pelos executivos. O encaminhamento de verbas para estes fins, em alguns casos por parte de câmaras com orçamentos reduzidos, são vistas não como um gasto, mas como um investimento a longo prazo.

O propósito é proporcionar con-

dições de estabilidade familiar, optando uns concelhos por exigir uma candidatura e outros em que as ajudas são entregues automaticamente. Há casos em que têm as duas vertentes, dependendo das medidas. Há câmaras a ajudar as famílias que têm novos filhos com apoios em dinheiro, outros em bens e serviços. Há medidas implementadas há vários anos e novas medidas que também vão entrando, motivadas pelo desafogo financeiro das câmaras e pela urgência de actuar perante um cenário de envelhecimento da população e desertificação.

Entre as estreias está o Porto Santo, que até agora não tinha medidas directas ou indirectas e que acabou por aprovar no final de Novembro em Assembleia Municipal a atribuição de um subsídio para as crianças nascidas ou adoptadas por pais residentes na ilha e apoio em livros.



SÃO VICENTE

É um dos concelhos que mais apostam nos incentivos à natalidade, com diversas medidas para as famílias. O objectivo é continuar a atenuar as despesas com os filhos e contribuir para fixar os jovens no Concelho. Estão em vigor:

- O pagamento da diferença de valor entre a creche e o ensino pré-escolar. A medida no ano passado chegou a mais de 30 crianças e custou à Câmara 19.912 euros. Está disponível para as crianças que frequentam as creches do concelho e residam numa das freguesias do Município. Está em vigor desde o ano lectivo de 2016/2017 para o ensino público e desde 2017/2018 para o ensino privado.
- Atribuição de manuais escolares até ao 4.º ano. Foram apoiados este ano 188 alunos através da medida, representando uma despesa de 10.443 euros. O apoio foi criado em 2014.
- Serviço de transporte escolar gratuito até a 4.º ano. Foram apoiados 151 alunos. Com as viaturas para este serviço a câmara gastou 57.756 euros.
- Apoio com bolsas de estudo aos alunos do ensino superior. 4.950 euros foram usados nesta medida que chegou no ano passado a 66 alunos do concelho e que representa um apoio de 75 euros a cada estudante. A medida foi implementada em 2015/2016 e desde o ano lectivo passado abrange também mestrados não integrados.
- Redução do IMI, uma medida implementada em 2016 que prevê um desconto de 20 euros para as famílias com um filho, 40 para as que têm dois, e de 70 para as que têm três ou mais. Em 2017 194 famílias usufruíram do primeiro desconto, 144 do segundo e 36 do terceiro.



SANTA CRUZ

Não tem apoios directos, tem indirectos que à semelhança das restantes câmaras revelam a preocupação social com a questão da natalidade. Neste encontra:

- Atribuição de manuais escolares aos alunos do 1.º e 2.º ciclos, do 1.º ao 4.º ano a título definitivo, medida que chegou este ano a 1.178 alunos, e a título de empréstimo aos de 6.º e 7.º ano que estudam em Santa Cruz, foram 768. A medida chega também aos alunos do 2.º ciclo que estudam em escolas fora do concelho. Foram investidos 160 mil euros e adquiridos 9.810 livros.
- Comparticipação no valor das creches, jardins-de-infância a partir de 2019, uma medida para desagregar os orçamentos das famílias
- Redução do valor do IMI, mediante o número de filhos. A redução é de 10% para as que têm um filho, 15% para as famílias com dois; e de 20% para as que têm três ou mais.
- Desconto na tarifa da água com a chamada tarifa familiar. Neste concelho, ficam inseridas no primeiro escalão, que é de 30 centimos por cada mil litros de água, as famílias com um mínimo de cinco pessoas. Depois, por cada pessoa a mais representa mais mil litros de água a 30 centimos.



PONTA DO SOL

Está a trabalhar igualmente para aligeirar a vida das famílias com filhos e indirectamente convidá-las a ter mais crianças. Pode encontrar aqui as medidas:

- Distribuição de manuais escolares até ao 9.º ano. A medida chegou neste ano lectivo a 494 alunos. Este ano foram comprados 2.149 manuais num investimento de 27.949 euros.
- Apoio em material escolar para os alunos do 1.º ciclo. Para cumprir este apoio o executivo gastou 20 mil euros.
- IMI Familiar, que reduz o valor a pagar pelas famílias em função do número de dependentes.
- Tarifa especial na água para as famílias com mais filhos.



CALHETA

Tem incentivos directos à natalidade, entre outras medidas no sentido de favorecer quem têm filhos. Tem disponível:

- O programa 'Callheta d'Esperanças', que atribui 50 euros todos os meses até a criança completar 5 anos. Está em vigor desde 2015, até 2017 ia até aos três anos, tendo este ano sido estendido aos 5 anos de idade. Até o momento este incentivo custou a município 272.890 euros.
- Distribuição de manuais escolas a crianças e jovens até ao 7.º ano de escolaridade
- Apoio em bolsas de estudo para os estudantes universitários no valor de 50 euros por mês.



FUNCHAL

É um dos municípios que mais tem investido na disponibilização de apoios, a maior parte com candidaturas abertas todo o ano.

O Município oferece:

- Apoio financeiro que pode ir até 50 euros por mês, nos três primeiros anos de vida da criança.
- Pagamento de 25 euros por mês para fazer face ao custo dos pais com a creche em mensalidades iguais ou superiores a 75 euros. Com os programas de natalidade e família o Município gastou este ano, até Outubro, 54.315, apoiou 291 famílias e 313 crianças.
- Apoio até 200 euros por ano para despesas de saúde e alimentação. Foram este ano gastos 49.000 euros até Outubro com 316 famílias, 465 crianças.
- Atribuição de 100 euros para material escolar aos alunos do ensino secundário ou equivalente, foram investidos 12.390 euros.
- Participação na aquisição de manuais escolares, actualmente até ao 7.º ano, e no próximo ano lectivo ao 9.º ano. Até ao momento foram usados nesta medida, só este ano, 266.711 euros.
- Bolsas para os alunos das licenciaturas, com valor variável. Segundo a Câmara a maior parte recebe entre 750 e 1.000 euros por ano. Receberam até ao dia 4 de Dezembro 1.424 pedidos. A previsão é de 400 mil euros para este fim.



RIBEIRA BRAVA

Empenhou-se em oferecer algum desafogo familiar, sobretudo nos primeiros anos de vida das crianças. São apostas:

- A partir de Janeiro o pagamento de 25% do valor das creches, jardins-de-infância ensino pré-escolar.
- O serviço de transporte escolar gratuito até a 4.º ano.
- Distribuição de manuais escolares gratuitos até ao 6.º ano.
- Programas de cedência de material escolar.
- Aplicação de taxas reduzidas de IMI para as famílias com filhos.
- Taxas mais baixas para famílias numerosas.
- Apoio aos estudantes do ensino superior, com majoração de 20% nos casos de integrarem famílias numerosas.



PORTO SANTO

Começa agora a implementar medidas de incentivo. Foram aprovadas recentemente para entrar em vigor com o novo orçamento:

- Atribuição uma verba de 500 euros por cada novo bebé ou criança adoptada até aos 6 anos.
- A distribuição de manuais escolares aos alunos, num investimento de 15.000 euros de apoio à educação.



PORTO MONIZ

Tem apostado em medidas para fixar a população e para incentivar a ter mais filhos. Actualmente encontram-se disponíveis incentivos directos e indirectos, como:

- Pagamento de 30 euros por mês por criança em cheque farmácia no 1.º ano de vida do bebé, a Câmara estimou 5.000 euros para este ano, recebeu 20 candidaturas.
- Participação em 50% do valor da mensalidade paga em creche, jardim-de-infância e ensino pré-escolar do município, que deverá custar este ano 17.000 euros, para responder aos 25 pedidos deste ano lectivo.
- Oferta dos manuais escolares e cadernos de actividades a todos os estudantes do concelho.
- Disponibilização de transporte escolar gratuito para a totalidade dos alunos nas escolas do Porto Moniz.
- Atribuição de bolsas de estudo no valor de 1.500 euros por ano aos estudantes do ensino superior que se encontram fora da Madeira, inclusive fora do país.
- Aplicação do IMI familiar com redução de 20 euros no caso de famílias com um filho, de 40 euros no das famílias que têm dois, e de 70 euros no das que têm três ou mais.



CÂMARA DE LOBOS

Tem centrados os apoios indirectos à natalidade na educação. Neste concelho existem:

- Apoio para a compra de manuais escolares para as crianças do 1.º ciclo inseridos no 4.º escalão ou sem escalão. Participa a aquisição dos livros de Português, de Matemática e de Estudo do Meio para os alunos dos quatro anos e ainda de Inglês os do 3.º e 4.º. Atribui até 24,81 euros aos de 1.º ano; 26,86 euros aos de 2.º; 39,59 euros aos de 3.º ano; e 43,59 nos de 4.º. Este ano lectivo a medida abrangeu 225 crianças, num total de 6.482 euros.
- Bolsas de estudo para os estudantes universitários do concelho. Neste momento são atribuídas 200.



MACHICO

Vai implementar no próximo ano na área social 650 mil euros. O concelho também não tem medidas directas, tem outras que ajudam a aliviar os gastos das famílias. São elas:

- A aplicação do IMI familiar, contemplando descontos para quem tem mais crianças.
- Atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, uma medida que este ano chegou a 308 alunos e que representa uma verba de 235 mil euros de investimento.
- Distribuição de manuais escolares mediante candidatura aos alunos até ao 6.º ano de escolaridade.



SANTANA

Vai reforçar medidas sociais e educativas que se transformam em incentivos à natalidade, a par de manter os apoios directos. No conjunto destacam-se:

- Atribuição de 100 euros por mês por cada criança até aos três anos de idade, uma medida criada em 2015 que deverá custar em 2019 130.000 euros.
- Apoio na aquisição dos livros e material escolar destinada aos alunos do Concelho do ensino básico e secundário, excepto os que já beneficiam através da Acção Social de apoio na aquisição da totalidade dos manuais escolares, e os que se matriculam pela primeira vez em estabelecimentos de ensino fora de Santana, quando o Município tem essa oferta.
- Transporte escolar para os alunos, em 2019 deverá representar 17.000 euros.
- Bolsas de estudo para alunos do ensino superior e dos cursos de especialização tecnológica, com uma mensalidade na ordem dos 100 euros por mês. O valor varia o rendimento do agregado familiar e o aproveitamento escolar do aluno. Contempla uma majoração de 20% por cada elemento do agregado familiar a frequentar estes níveis de ensino. Deverá ser afectada para esta medida 90.000 euros.

■ A partir do próximo ano lectivo entra em vigor a comparticipação de metade do valor da mensalidade paga nas creches e ensino pré-escolar, valor que inclui a alimentação, para os alunos que frequentam instituições do concelho. 56.000 euros é a estimativa para o próximo ano.

■ Subsídio de mobilidade para os alunos bolseiros da Câmara a frequentar o ensino superior ou cursos de especialização tecnológica fora da Madeira, mas no país, uma ajuda que começa também em 2019/2020, e que contempla até três passagens aéreas por ano lectivo. A Câmara estima gastar 21.000 euros.

■ Implementação do 'Programa abem, Rede Solidária do Medicamento', a partir de 2019, para garantir a quem tem dificuldades económicas acesso aos medicamentos comparticipados que sejam prescritos por receita médica. 50.000 euros do orçamento estão reservados.